

BEATRIZ NASCIMENTO E LÉLIA GONZALEZ: FORMAS OUTRAS DE SE INTERPRETAR O BRASIL

BEATRIZ NASCIMENTO AND LÉLIA GONZALEZ: OTHER WAYS TO INTERPRET BRAZIL

***Maria Marcelina Cardozo Teixeira Azevedo**

Recebido em: 15/04/2020

Aceito em: 12/07/2020

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar alguns dos materiais produzidos pelas autoras Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez, levando em conta sua afinidade temática, bem como suas respectivas pesquisas, estas, em muitos momentos, relativas ao combate ao racismo e violência de gênero. O artigo busca discutir a emergência de conceber as autoras como figuras intérpretes do Brasil, dedicando-se especialmente às categorias gênero, raça, mulher negra e relações raciais no país, atreladas ainda à possibilidade de interpretação da categoria Quilombo de Beatriz Nascimento (2007) enquanto uma agência amefricana, esta acionada por Lélia Gonzalez.

Palavras-chave: Raça. Gênero. Mulher Negra. Amefricanidade. Quilombo.

Abstract

This essay develops an analysis of some of the materials written by the authors Beatriz Nascimento and Lélia Gonzalez, taking into account the similarities of themes in their work, which often raises questions about racism and gender violence. The paper discusses the urgency to conceive Nascimento and Gonzalez as Brazilian preeminent spokespeople on gender, race, Black women and racial relations in Brazil, as well as the prospect of interpreting Nascimento's Quilombo (2007) as a Gonzalez's AMEFRICANA institution.

Key words: Race. Gender. Black Women. Amefricanidade. Quilombo.

1 Introdução

Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez são figuras ímpares para se começar a discutir o pensamento crítico negro e o movimento negro brasileiro. As autoras são referência para a mobilização de intelectuais e tomada de consciência no que diz respeito ao ser negro e negra no Brasil. Suas trajetórias foram marcadas por um esforço sistemático de se repensar a sociedade brasileira, esta cheia de contradições e abafamentos ao longo de sua história.

No Brasil, teorias como a da democracia racial, em que “O efeito maior desse mito é a crença de que o

racismo inexistente em nosso país graças ao processo de miscigenação” (GONZALEZ, 2018b, p. 35), tornaram-se por invisibilizar segmentos negros da sociedade, assim como manipular a narrativa histórica de formação do país.

Contudo, alguns desses segmentos conseguem, por vezes, ser motivo de orgulho e aclamação de uma nacionalidade brasileira, apesar do caráter específico do racismo sofrido no Brasil, “[...] para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica

mais eficaz: a ideologia do branqueamento” (GONZALEZ, 2018a, p. 326).

No Brasil e em outros países da América Latina, o racismo seria de maneira disfarçada, forma esta que daria aos latino-americanos a particularidade de possuir as mais diversas teorias de miscigenação. Diferentemente dos Estados Unidos ou da África do Sul, estes de colonização inglesa, em que não seria cabível a ideia de mestiçagem, acatando assim um racismo condicionado por um regime de apartheid, uma vez pensado que o sangue de sua raça estaria em jogo (GONZALEZ, 2018a).

A justificativa elencada pela autora para qualificar tal distinção seria proveniente também do modelo de hierarquia luso-hispânico que, historicamente, caracteriza-se por uma formação de estratificação política e social (racial e sexual) de grupos étnicos distintos (GONZALEZ, 2018a). Arelada a essa característica, no que tange à experiência ibérica de organização estratégica de domínio dos povos, os árabes e os mouros são exemplificações trazidas pela autora que, em linhas gerais, “[...] tanto do ponto de vista racial quanto civilizacional, a presença moura deixou profundas marcas nas sociedades ibéricas” (GONZALEZ, 2018a, p. 325). Evidentemente, essas classificações, que visavam também garantir a hegemonia branca, desencadearam uma série de violências, estas procedentes das medidas de controle tomadas com as populações dominadas.

Assim sendo, a ideologia do branqueamento configura-se em um tipo de alienação do povo negro, haja vista seu caráter compulsivo, bem como inventivo, que cria uma história, um mito de origem, e faz-se acreditar nela. Essa dinâmica entre o que de fato ocorreu e o que

não aconteceu é trabalhada por Lélia Gonzalez a partir das noções de consciência e memória (GONZÁLEZ, 2018c, p. 194).

Lélia acentua a distinção entre ambas:

Consciência exclui o que a memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. (GONZÁLEZ, L. 2018c, p. 194).

Nesse sentido, há uma lógica de apagamento de culturas inteiras que, embranquecidas e categorizadas como inferiores àquelas que as colonizaram, se viram em uma situação de descontinuidade com os seus, sucumbidas ainda à um esquecimento, como pontuado por Lélia (2018a), de um legado histórico e contribuições epistêmicas e científicas para a humanidade, expressivamente nas áreas filosóficas, artísticas e religiosas (GONZALEZ, 2018a).

Em busca de suas ancestralidades e numa tentativa de emancipar seu povo da escrita feita por mãos brancas, Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez denunciam o racismo presente na organização da sociedade brasileira, resgatando historicamente a maneira que as relações raciais foram dadas no país, assim como a exploração sexual sofrida pela mulher negra e seu papel enquanto força de trabalho.

Isto posto, reconhecer essas intelectuais enquanto figuras intérpretes da sociedade brasileira, bem como ativistas e militantes, é também ressignificar o lugar que a mulher negra ocupa na sociedade, uma vez que, fazendo-

se presentes na produção acadêmica do país, estariam participando ativamente na construção de uma nova história para a população negra, agora tendo esta como protagonista.

2 Beatriz Nascimento

Beatriz Nascimento (2007) apresenta o argumento de que, para compreender a formação histórico-social do Brasil, seria preciso ter um enfoque próprio no seguinte elemento: o negro brasileiro, este que “só pode ser entendido a partir de um estudo profundo da ideologia nacional” (NASCIMENTO, 2007, p. 99).

Para a autora, não haveria um entendimento social e racial explicitamente brasileiro, visto que os intelectuais brancos da elite do país, utilizando-se de ideologias outras e adaptando-as à sua realidade, analisam a população negra brasileira a partir de uma ótica exterior à qual essa está inserida.

Salientando que essa narrativa é contada por terceiros, a dita população acaba por não ter uma história em primeira pessoa e, na tentativa desses intérpretes de estruturar e interpretar linearmente esse segmento da sociedade, acabam por ser vítimas de adaptações e essencialismos.

Sendo assim, a população negra brasileira carrega vários não-ditos de uma história que notoriamente não é sua; ditos esses que só teriam sido expressados se tivessem sido escritos por suas próprias mãos, o que a autora entende como o “pensamento livre do negro sobre si” (NASCIMENTO, 2007, p. 99).

Evocando categorias como a de Quilombo, Beatriz Nascimento dá continuidade e amplia os debates sobre

como o negro vê-se preso a uma série de estereótipos que lhe foram atribuídos.

Decerto, a categoria quilombo acionada pela historiadora tem como proposta um deslocamento do entendimento dessas comunidades enquanto debate que as reduz a mais uma questão do negro (RATTS, 2007, p. 56).

A noção de quilombo evocada aqui está longe de referir-se estritamente ao espaço geográfico ocupado por negros ao longo do período da escravidão. A exemplo do quilombo de Palmares, um espaço de resistência; no entanto, haveria ainda um sentido de aquilombamento, fenômeno este que diverge de linhas metodológicas antes compreendidas como quilombo pela historiografia. Quilombo ainda enquanto este evento limitado apenas ao período referente à Pré-abolição de 1888.

Todavia, para Beatriz, a ideia de Palmares poderia ainda, segundo Ratts (2007),

[...] ser considerado um projeto de Nação, protagonizado por negros, mas incluído de outros setores subalternos. Quando assume a vertente ideológica do termo, ela o estende seu significado para abranger um território de liberdade, não apenas referente a uma fuga, mas uma busca de um tempo/espaço de paz. (RATTS, 2007, p. 59).

O trabalho da autora, que convém também chamar de sonho, Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros – dos quilombos às favelas, ou ainda em Ori (1989), quando sua fala é singular: “A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou”, seriam então expressões desse entendimento, também ideológico, de quilombo enquanto continuidade histórica e território de liberdade do povo negro brasileiro no pós-abolição (NASCIMENTO, 1982,

p. 165 apud RATTTS, 2007, p. 57).

Pontualmente, o racismo epistêmico ao qual as populações negras estão sujeitas marginaliza também suas produções acadêmicas, estas categorizadas como subalternas, desqualificadas e até mesmo incompletas. Ao passo que “uma das facetas da dominação racial é a colonização do pensamento e o apagamento da história negra no Brasil” (BARRETO, 2018, p. 14), escrever a História do Negro no Brasil é um esforço para “[...] retirar os sujeitos negros das margens e posicioná-los no centro da nação. Elaborando assim uma visão alternativa de país, que é negro, ainda que se pense e projete branco” (BARRETO, 2018, p. 16).

3 Lélia Gonzalez

Em uma tentativa de iniciar nas Américas o resgate de uma ascendência e dinâmica cultural africana, Lélia reconheceu que as “[...] marcas que evidenciam a presença negra na construção cultural do continente americano, levaram-me a pensar a necessidade de elaboração de uma categoria que não se restringisse apenas ao caso brasileiro [...]” (GONZALEZ, 2018a, p. 323).

Em meio às experiências transnacionais latino-americanas, enfatizando ainda as relações eminentes quanto às sociopolíticas e culturais, a categoria de Amefricanidade, segundo Lélia (2018a),

[...] está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formam numa determinada parte do mundo. Portanto, a América, enquanto sistema etno-geográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos. Por

consequente, o termo amefricanas/amefricanos designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como a daqueles que chegaram à AMÉRICA muito antes de Colombo. (GONZALEZ, 2018a, p. 330).

Cabe ressaltar a decisão da autora de não atribuir aos Estados Unidos o papel central quanto à elaboração de categorias de estudo sobre a população negra do continente, inclusive na construção linguística do termo Amefricano, não fazendo referência às conhecidas nomenclaturas afro-american (afro-americano) e african-american (africano-americano) (GONZALEZ, 2018a, p. 329), em um esforço para que assim fossem construídas narrativas originais por esses povos, agora como protagonistas e falantes de si mesmos, que escapassem ainda de hierarquias contraterrâneas.

A autora apropria-se das produções de autores brancos renomados no cânone ocidental – como Freud, Lacan e Hegel – e as utiliza para produzir academicamente contra os próprios brancos, entretanto, comunicando-se por meio do Pretuguês, a língua falada pela cultura brasileira, ensinada pela mãe-preta.

Lélia também trabalha a categoria de feminismo Afrolatinoamericano, em uma tentativa de que as mulheres amefricanas e ameríndias, discriminadas racial e sexualmente, fossem melhor contempladas. Assim como o movimento negro, o movimento feminista é um espaço de disputa das mulheres negras, estas silenciadas e que, apesar de lutarem pelas mesmas causas de seus companheiros de movimento, têm suas pautas negligenciadas.

No propósito de ressignificar a experiência colonial, Lélia foge de conceitos estrangeiros, recorrendo

aos neologismos e deixando de lado o acadêmiquês. Empregando-se de uma forma outra de escrita, esta que Espinosa-Minõso (2009) entende como imprescindível, uma vez que as gramáticas epistêmicas ainda buscam ser as mesmas utilizadas pela hegemonia e “Enquanto não for desarticulada a colonialidade epistêmica, dificilmente será possível a superação do ‘estatuto de mudez e sub-representação da subalterna latinoamericana’.” (ESPINOSA-MINÕSO, 2009, p. 41 apud ALCÂNTARA, 2017. p. 11).

Sendo assim, Lélia adota um engajamento linguístico que traz certa vitalidade para seus escritos, debochando, quando preciso, do cânone, mas também expressando o que há de ser dito. Todavia, não caberia aqui adjetivar a escrita da autora meramente enquanto coloquial ou acessível, dado que pensar o Pretuguês é também pensar em categorias amefricanas.

Haveria então um esforço de Lélia para tornar o conhecimento acadêmico mais acessível para os seus, entretanto, por via de uma escrita pretuguêzista, não colonizada. Não é coloquial, muito menos colonial.

Lélia Gonzalez propõe uma literatura de escrita e se dispõe linguisticamente para seus leitores, demonstrando assim uma preocupação de ser compreendida pelos seus, a começar de sua capacidade de dialogar com massas e de fato propor um diálogo para espaços além da academia. Entendo essa forma inovadora de escrita acadêmica como tentativa de descolonizar a linguagem, assim como a forma embranquecida de se pensar a academia e o mundo.

Lélia também assumiu o “esforço sistemático de pensar o Brasil dentro de uma tradição epistemológica negra brasileira” (BARRETO, 2018. p. 16), dando visibilidade

às questões que dizem respeito às perspectivas negras de fatos históricos, tendo em vista também possibilidades outras de concepção de identidade nacional.

Dialogando com um dos pensadores do Brasil, Caio Prado Júnior, “um branco muito importante” (GONZALEZ, 2018c, p. 199), Lélia (2018c) atrela seus argumentos à situação do autor que, em uma de suas obras, abordaria a temática da escravidão. Todavia, para a autora, essa abordagem seria justamente uma exemplificação do que ela chama de neurose cultural brasileira (p. 200).

Nessa perspectiva, ele pouco teria a dizer sobre essa mulher negra, seu homem, seus irmãos, e seus filhos [...]. Exatamente porque ele lhes nega o estatuto de sujeito humano. Trata-os sempre como objeto. Até mesmo como objeto de saber. É por aí que a gente compreende a resistência de certas análises que, ao insistirem na prioridade da luta de classes, se negam a incorporar as categorias de raça e sexo. [...] (GONZÁLEZ, L. 2018c, p. 200).

Dito isso, assumir Lélia como uma das intérpretes do Brasil é abarcar suas subjetividades enquanto mulher negra à narrativa brasileira e subverter as interpelações feitas por outros pensadores, tendo em vista que grande parte desses – Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido, Roberto da Matta, dentre outros – foram e ainda são homens brancos.

4 Quilombo enquanto agência amefricana

Evocando as categorias de Amefricanidade, Quilombo e territórios de liberdade, construídas pelas

autoras amefricanas aqui analisadas, Débora Menezes Alcântara (2017) propõe, por meio da iniciativa de “[...] rever, reinterpretar e sugerir o reposicionamento das lutas por liberdade de sujeitos racializados num processo histórico [...]” (ALCÂNTARA, 2017, p. 2), um investimento no descortinar da produção do saber acadêmico-científico.

A autora tem como proposta evidenciar a importância de se conseguir enxergar para além da eurocentricidade da academia, uma vez que esta relataria exclusivamente essa perspectiva única de compreensão de mundo e narrativa histórica.

Em situação de colonialidade, a categorização racial dos sujeitos levaria estes a terem suas práticas e saberes desmerecidos, aquilo que, segundo o autor, Boaventura de Souza Santos e, posteriormente, outra autora amefricana, Sueli Carneiro, entenderam por epistemicídio das culturas (ALCÂNTARA, 2007. p. 1).

Ao trilhar esse raciocínio e chamando atenção para os trabalhos desenvolvidos por Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, Alcântara (2017) reconhece que ambas as categorias de Amefricanidade e Quilombo seriam tentativas dos sujeitos amefricanos de encarar a realidade imposta pela colonialidade.

Débora Menezes Alcântara (2017) potencializa essas categorias enquanto coadjuvantes de uma narrativa histórica estritamente brasileira. Ao explicitar a hegemonia e linearidade dos cânones, essas estariam também contribuindo, uma vez optando por apresentar sujeitos negros e negras do Brasil enquanto protagonistas, auxiliando-os no traçar de suas autobiografias.

Posto isso, para além de compreender a pertinência

de demandas outras no se pensar e fazer acadêmico, seria preciso ambientar essas categorias – Amefricanidade, Quilombo, e territórios de liberdade – no que a autora entende enquanto encruzilhada epistemológica, alternativa esta já utilizada por outros autores amefricanos (ALCÂNTARA, 2007, p. 4). Tal feito trilharia-se a partir de um crivo que, para Alcântara (2017), possibilitaria um rompimento com as epistemologias da colonialidade.

A Amefricanidade compreende a especificidade da dinâmica cultural existente no Brasil e em outras partes do continente americano. Essa, em Lélia, potencializadora de ideias e linhas de pensamento que buscam conjuntamente um deslocamento da centralidade e discussão dos saberes, uma vez que “[...] na elaboração dessa Amefricanidade que identifica, na Diáspora, uma experiência histórica comum [...], sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja: o racismo” (GONZALEZ, 2018a. p. 330). Além disso, alega-se ser imprescindível “[...] deslocar as experiências históricas amefricanas do folclore [...] para o lugar do político, porque assim, as agências amefricanas são ” (ALCÂNTARA, 2017, p. 2).

O Quilombo enquanto agência amefricana seria, assim, um espaço para além do âmbito geográfico e de fuga, em que os sujeitos negros e negras teriam seu protagonismo evidenciado, bem como suas narrativas, epistemes e cosmologias. Beatriz, então, traz para a academia “uma noção de território distinta da noção moderna engessada pelo Estado-Nação” (ALCÂNTARA, 2017. p. 10). É isso o que acontece quando uma mulher negra adentra a academia.

É inegável aqui a menção à noção de quilombismo desenvolvida por Abdias Nascimento (2002), que

apresenta justamente essa qualidade do quilombo enquanto experiência negra de negação aos padrões culturais, históricos e políticos que a colonialidade busca sujeitar essa população.

Dessa forma, os quilombos ditos legalizados, encontrados por aí com o nome de terreiros, centros, escolas de samba, irmandades, afoxés, dentre outras nomenclaturas (NASCIMENTO, 2002, p. 337), teriam um caráter quilombista. Esses territórios permanecem resistindo e exercendo o papel de libertar, promover a união e sobrevivência dos afro-brasileiros, evocando suas ancestralidades e práticas inerentemente suas (NASCIMENTO, 2002, p. 338).

Para mais, essas práticas proporcionam formas outras de estar no mundo, a partir de cosmologias de dinâmica circular, de prática conjunta e construção coletiva, como também “[...] uma concepção de mundo e de existência na qual a ciência constitui uma entre outras vias do conhecimento” (NASCIMENTO, 2002, p. 350), ampliando assim os cenários possíveis para produção de conhecimento, validação de percepções distintas e maneiras outras de ser.

Entende-se, assim, a relevância de realizarmos produções e narrativas historiográficas próprias, nos colocando como autores e protagonistas. Utilizando-nos de categorias nossas e de cânones não hegemônicos, acionando a existência de uma ótica de dominação colonial enquanto meio visceral de análise de nossa história, ao passo que “Reconhecê-la é, em última instância, reconhecer um gigantesco trabalho de dinâmica cultural que não nos leva para o lado do Atlântico, mas que nos traz de lá e nos transforma no que somos hoje: amefricanos”

(GONZALEZ, 2018a. p. 333).

5 Conclusão

A partir das reflexões expostas e diante das leituras feitas de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez, reforço a relevância de reconhecermos Beatriz e Lélia como intérpretes do Brasil.

Apesar dos limites das instituições e espaços políticos brasileiros, são de se destacar as ponderações e serviços prestados pelas autoras à população, que é aquilombada e amefricana.

Concordar com a identificação das autoras enquanto intérpretes desse país, mesmo essas não chegando a assumir cargos docentes em universidades públicas, tido teses celebrenemente recebidas, ocupado cadeiras – para além daquelas de suas pautas respectivas – ou qualquer outro parâmetro burocrático branco de verificação de intelectualidade.

Essas autoras escrevem a história do Brasil tanto quanto Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro, Celso Furtado e seu Caio Prado Júnior, autores estes que não conseguiram, ou não quiseram, identificar em suas obras o racismo como problema de tamanha magnitude para a formação da sociedade brasileira, esta tida por esses homens como desigual, entretanto, sempre numa perspectiva socioeconômica e nunca numa ótica racial.

As subjetividades expostas por autoras como Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez expressam reflexões que possibilitam leituras originais e subversivas, dando o devido reconhecimento àquelas, à exemplo da mãe preta, mulata e doméstica, que possibilitaram a difusão da verdadeira cultura amefricana brasileira e suas vertentes,

quebrando raciocínios estagnados a respeito de estereótipos raciais e colonizadores, permitidos por tantos para suas interpretações individuais dessa tão familiar pergunta: o que faz o Brasil, Brasil?

Tendo em vista que tamanhas são as conquistas alcançadas pelas autoras, é insuficiente pensá-las somente enquanto feministas ou tentar encaixá-las em categorias pós ou decoloniais. Beatriz e Lélia acionaram as violências sofridas pelas mulheres e homens negros e a falta de visibilidade e voz que tinham dentro dos movimentos e produziram sobre isso, dando-lhes reconhecimento e valor às subjetividades e complexidades da mulher negra.

Ainda, a partir do trabalho de Débora Menezes Alcântara (2017), o trilhar de um descortinamento da produção do saber acadêmico-científico torna-se emergente, haja vista a urgência de se premeditar formas outras de participação dentro da academia. Essas formas, que dizem respeito ao chamado lado B, estão também encontrando maneiras outras de se manifestar enquanto produtoras de conhecimento, seja no quilombo, em Améfrica, na encruzilhada ou simplesmente na publicação de mais um artigo científico.

Isto posto, – e com intuito de dar conhecimento e reconhecimento ao trabalho de intelectuais negras e negros – é preciso entender Beatriz e Lélia como referencial não apenas brasileiro, mas mundial na luta antirracista e pelos direitos das mulheres. É preciso também levar em consideração suas teorizações e a situação destas enquanto possível referencial teórico como meio para liberdade.

Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez dão ao Rol dos Clássicos uma perspectiva negra e feminina, local de fala esse quase inexistente no meio acadêmico, tão

carente de obras que digam respeito às visões de mundo e cosmologias outras que não a deles próprios, os brancos.

Devemos em muito à Beatriz e à Lélia.

INFORMAÇÕES SOBRE A AUTORA

*Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília. Email: marcelina.azevedo@gmail.com.

NOTAS

[1] O presente artigo nasce como produto de um semestre de grande aprendizado que tive o privilégio de experienciar na Universidade de Brasília. Este trabalho busca materializar as discussões presenciadas ao longo desse período, tanto na disciplina de Estudos Afro-Brasileiros – ministrada pelo professor José Jorge de Carvalho e doutoranda Noshua Amoras – quanto no grupo de estudos Lélia Gonzalez, realizado pela Maré UnB - Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro. Aproveito a oportunidade para agradecer aos envolvidos pelos espaços proporcionados, de tamanha troca e aprendizado.

Referências Bibliográficas

ALCÂNTARA, Débora Menezes. A categoria política quilombola na encruzilhada: um olhar possível do encontro das vertentes epistêmicas decolonial e das autoras amefricanas Beatriz do Nascimento e Lélia Gonzalez. In: CONGRESSO INTERNACIONAL FÓRUM UNIVERSITÁRIO MERCOSUL, 16, 2017. Salvador. Anais eletrônicos... [S.l.: s.n] ISSN 2359-6872.

BARRETO, Raquel. Introdução: Lélia Gonzalez, uma intérprete do Brasil. In: União dos Coletivos Pan-Africanistas – UCPA (org.). Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos de África, 2018. p. 12-27.

GERBER, Raquel. (Dir.) (1989). Ori. São Paulo, Angra Filmes. 90 min.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da Amefricanidade. In: União dos Coletivos Pan-Africanistas – UCPA (org.). Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos de África, 2018a. p. 321-334.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: União dos Coletivos Pan-Africanistas – UCPA (org.). Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos de África, 2018b. p. 34-53.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: União dos Coletivos Pan-Africanistas – UCPA (org.). Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos de África, 2018c. p. 190-214.

NASCIMENTO, Abdias. O quilombismo. 2. ed. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Palmares/OR Editor Produtor, 2002.

NASCIMENTO, Beatriz. Negro e racismo. In: Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Instituto Kuanza, 2007. [1974].

RATTS, Alex. Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Instituto Kuanza, 2007.